

BOLETIM 164

Brasília, 14 de julho de 2016

Novo presidente da Câmara, Rodrigo Maia quer construir agenda de consenso

Em disputa no 2º turno, Maia foi eleito com 285 votos. O segundo colocado, Rogério Rosso, teve 170 votos.

O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) *(foto)* foi eleito presidente da Câmara dos Deputados na madrugada desta quinta-feira (14) para completar o mandato do biênio 2015-2016, que termina em fevereiro de 2017. A eleição preencheu vaga aberta com a renúncia do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da presidência, ocorrida na semana passada.

Maia foi eleito com os votos de 285 deputados em segundo turno, em disputa com o deputado Rogério Rosso (PSD-DF), que obteve 170 votos. Houve 5 votos em branco nessa segunda votação. Ao todo, 460 deputados votaram no segundo turno, contra 494 votos na primeira rodada, da qual participaram 14 candidatos.

Em seu primeiro discurso como presidente da Câmara, o deputado agradeceu a todos os partidos que o apoiaram, seja desde o primeiro turno ou a partir do segundo turno. Ele citou o nome de vários líderes e deputados que apoiaram sua candidatura.



“Agradeço pela disputa limpa, na política, agradeço à minha família. É difícil falar depois desse momento, sentado nesta cadeira”, afirmou. Rodrigo Maia ressaltou que terá a oportunidade de presidir a Câmara junto com os outros deputados. “Vamos tentar governar com simplicidade, pacificar esse Plenário. Tem pautas do governo, mas também tem demandas da sociedade”, lembrou.

Diálogo com partidos - Em entrevista coletiva concedida logo após a eleição, Rodrigo Maia ressaltou que sua eleição contou com apoio de parte da esquerda por causa do diálogo que manteve no sentido de resguardar os direitos da minoria.

“Sem a esquerda, eu não venceria essa eleição e, por isso, batiam tanto nos votos que a esquerda ia me dar. Todos nós juntos temos condições de construir uma agenda de consenso, onde o diálogo possa prevalecer, aprovando em conjunto medidas para o Brasil”, afirmou.

Prioridades da pauta - Quanto às prioridades da pauta, ele listou o teto de gastos públicos; a renegociação da dívida dos estados; a PEC dos Precatórios; o projeto que libera a Petrobras de participar de todas as explorações do pré-sal e a reforma da Previdência. “Sobre a Previdência, precisamos construir um modelo que não seja deficitário”, adiantou.

Sobre a necessidade de votar medidas impopulares, o novo presidente da Casa ponderou que os deputados “não estão aqui só para aumentar despesas e serem aplaudidos”. Para ele, uma pauta que seja impopular agora poderá gerar impactos positivos no futuro.

Ele defendeu ainda a volta do debate sobre o sistema eleitoral, que considerou falido.

Cassação de Cunha - Ao responder sobre o processo de cassação do mandato de Eduardo Cunha, Rodrigo Maia lembrou que votou em Cunha e o apoiou em muitas iniciativas, mas não vai perseguir nem proteger o deputado.

“Tudo vai caminhar dentro das regras do Regimento, sem manobras contra nem a favor. A votação da cassação dele, para ser legítima e justa, precisa ter quórum elevado”, afirmou, referindo-se ao período pós-recesso, que será de campanha eleitoral municipal.

Fonte: Agência BRASIL

Centrais sindicais se unificam na luta contra juros altos e desemprego

Dirigentes das centrais sindicais reuniram-se nesta quarta-feira (13) para debater ações conjuntas contra os juros altos, o desemprego, a reforma da previdência e outros desmontes de direitos trabalhistas e sociais propostos pelo governo provisório de Michele Temer.

Em reunião no Dieese, em São Paulo, na tarde desta quarta-feira (13), as lideranças das entidades definiram para a próxima terça-feira (19) um ato público em frente às representações



do Banco Central, em São Paulo, contra os juros altos. A data marca o início da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Na dia 26 de julho um outro ato reunirá dirigentes sindicais de todo o país, de entidades nacionais e estaduais, em uma plenária no bairro da Liberdade para o lançamento de um manifesto que abordará as principais bandeiras defendidas pelo movimento sindical.

O avanço das ameaças aos direitos sociais e trabalhistas propostas por Michel Temer reforça a necessidade de unidade entre as centrais sindicais que apostam na pressão popular e na mobilização social para barrar o retrocesso e buscar mudanças na política econômica que promovam o crescimento econômico.

Participaram da reunião João Carlos Juruna, da Força Sindical, Wagner Gomes, da CTB, Sérgio Nobre, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Roberto Santiago, da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Álvaro Egea, da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). A Nova Central não enviou representantes, mas comunicou seu apoio às decisões.



Serviço:

Dia 19.07(terça-feira): Ato pela redução dos juros Banco Central, na avenida Paulista, às 10hs

Dia 26.07(terça-feira): Lançamento de manifesto unificado das centrais

Espaço Hakka, rua São Joaquim, 460 - horário a ser definido

Fonte: Portal da CTB

Aprovada MP que diminui juros de crédito consignado para trabalhadores

O Senado aprovou nesta quarta-feira (13) a medida provisória (MP 719/16) que permite o uso de parte dos recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da multa rescisória como garantia de empréstimo consignado em folha por trabalhadores da iniciativa privada. O texto segue para a promulgação.

As mudanças feitas pelo relator, senador Benedito de Lira (PP-AL), foram apenas de redação, para tornar o texto mais claro. A garantia prevista na MP poderá ser sobre até 10% do saldo individual da conta e sobre até 100% da multa paga pelo empregador em caso de demissão sem justa causa, despedida por culpa recíproca ou força maior.

As taxas de juros médias do crédito consignado estão entre 25% e 30% ao ano no setor público e para os aposentados. No setor

privado, no entanto, por causa da alta rotatividade, as taxas estão em torno de 41%. Com o novo tipo de garantia, o objetivo é reduzir a cobrança de juros, explicou o senador Lindbergh Farias (PT-RJ). O senador lembrou que a medida provisória foi editada no governo da presidente afastada, Dilma Roussef.

A MP determina que o Conselho Curador do FGTS defina o número máximo de parcelas e a taxa mínima mensal de juros a ser cobrada pelas instituições nas operações de crédito consignado. A Caixa Econômica Federal, por sua vez, deve determinar os procedimentos operacionais necessários ao cumprimento da nova regra.

Fonte: Agência Senado

Faturamento das indústrias de material de construção cai 10,8%

O mês de junho deste ano teve queda de 10,8% no faturamento das indústrias de material de construção na comparação com o mesmo mês do ano passado. Segundo a Associação Brasileira da Indústria dos Materiais de Construção (Abramat), em relação a maio deste ano, o faturamento caiu 3,7%.

Na comparação entre o primeiro semestre deste ano e o mesmo período de 2015, a retração foi de 14,3%. “As condições negativas na economia continuam a afetar o desempenho da indústria. Estamos na expectativa de uma retomada do crédito para reformas e do anunciado estímulo à infraestrutura via concessões e PPPs [parcerias público-privadas]”,



disse, em nota, o presidente da Abramaf, Walter Cover.

As indústrias de materiais segmentados em base e acabamento também apresentaram queda, de 13,7% e 6,5%, respectivamente, ante junho do ano passado. Em comparação com maio deste ano, houve queda de 3,8% nas vendas de base e de 3,6% nas vendas de materiais de acabamento.

O nível de empregos no setor também caiu. A retração foi de 9,7% nos empregos em relação a junho do ano passado. "Os seguidos resultados negativos e a atual conjuntura econômica fizeram a associação rever a perspectiva para 2016, que passa a ser de 8% de retração na comparação com 2015", destacou, em nota, a Abramaf.

Para os próximos meses, as projeções da entidade indicam continuidade das tendências de queda.

Fonte: Agência Brasil

Temer se apresenta a beneficiários do Bolsa Família e menciona reajuste

O presidente interino, Michel Temer, divulgou um vídeo nas redes sociais em que busca conversar diretamente com os beneficiários do Programa Bolsa Família e dizer que está preocupado com a situação dos mais pobres. Durante pouco mais de um minuto, Temer se apresenta ao internauta e comenta o reajuste de 12,5% no programa anunciado por ele no mês passado.

"Olá, eu sou Michel Temer e estou falando aqui do Palácio do Planalto onde estou exercendo a Presidência da República. E quero dizer a você que o governo federal está preocupado com a sua vida, com a sua possibilidade de subsistência", inicia o presidente interino na mensagem divulgada em sua conta pessoal no Twitter.

Na gravação, o presidente interino cita algumas ações do governo federal e, mais uma vez, critica a gestão da presidenta afastada Dilma Rousseff. "Há mais de dois anos não se aumentava o valor e nós praticamente aumentamos em quase R\$ 20", disse, referindo-se ao Bolsa Família.

"O governo brasileiro espera que isto [reajuste] ajude você a passar essa fase do Bolsa Família. Nós estamos trabalhando para abrir muitos empregos. Se Deus quiser, num dado momento o Brasil terá emprego para todos", disse.

Terça-feira (12), Temer reuniu ministros do núcleo social do governo para discutir uma espécie de pente-fino nos programas. De acordo com o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, o Planalto vai montar uma grande base de dados que vai cruzar as informações dos beneficiários. Com isso, "os que não precisam serão retirados", informou Terra.

Na semana passada, em carta enviada ao Congresso Nacional na qual reafirma compromissos com os programas sociais, o presidente havia criticado a gestão de Dilma.

Fonte: Portal EBC



INSS quer usar perito para barrar benefício na Justiça

Depois de anunciar a revisão de aposentadorias por invalidez e auxílios-doença concedidos há mais de dois anos, a gestão Michel Temer vai tentar dificultar a concessão judicial dos benefícios por incapacidade.

O plano, estudado pelo governo por sugestão da ANMP (Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social) e de especialistas, prevê deslocar médicos do INSS para acompanhar as perícias realizadas pela Justiça.

A assistência técnica médica para perícias judiciais já é prevista em lei, mas foi deixada de lado durante a gestão da presidente afastada, Dilma Rousseff, segundo o presidente da ANMP, Francisco Eduardo Cardoso Alves. "Nós perdemos muitos processos porque não vamos às audiências", afirmou.

Resposta: O INSS confirmou que a reativação da assistência técnica médica está em estudo, mas não garantiu que o trabalho será realizado.

Fonte: Jusbrasil

Vale-alimentação e vale-refeição

ALGUMAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

É obrigatório o fornecimento de alimentação ou o pagamento dos vales aos seus empregados? Algumas pessoas vêm questionando sobre esse assunto. Vamos esclarecer o primeiro ponto.

VALE-ALIMENTAÇÃO E VALE REFEIÇÃO É A MESMA COISA?

Conforme a interpretação de algumas pessoas esses dois verbetes podem ser utilizados como sinônimos, entretanto não são.

O vale-refeição normalmente é utilizado em forma de cartão ou ticket, e aceito em qualquer estabelecimento do ramo (fast food, lanchonetes, restaurantes e etc) que aceite a sua utilização.

O vale-alimentação já é aceito em mercados seja ele qual for, para a compra e alimento "in natura", ou seja, para fazer aquela compra do mês digamos assim.

É OBRIGATÓRIO O PAGAMENTO DESSE BENEFÍCIO?

Esta dúvida é muito comum entre empregado e empregadores. É obrigatório o fornecimento de alimentação ou o pagamento dos vales aos seus empregados?

Ante a ausência de previsão legal a empresa não é obrigada a pagar ou fornecer refeição ao trabalhador. Entretanto, conforme muitas Convenções Coletivas de Trabalho ou Acordos Coletivos de Trabalho celebrados pelos sindicatos tornam-se obrigatórios.

Adquirir a certeza se a empresa que você trabalha esta obrigada a pagar ou fornecer este tipo de benefício procure o sindicato de sua categoria.

A ideia de pagar ou fornecer a alimentação parte do pressuposto de que o empregado alimentado consiga ter uma produtividade e rendimento superior e satisfatório, além de evitar alguns acidentes.

Dependendo do local de trabalho ficam desobrigadas as empresas ao pagamento do vale



caso forneça a alimentação, ou seja, se a empresa na qual você trabalha é do ramo alimentício, esta pode fornecer a própria alimentação ao seu empregado.

Contudo existem aquelas empresas que fornecem alimentos rápidos, os famosos "fast foods", que muitas vezes não são saudáveis. Por tal motivo a existência do PAT (programa de alimentação ao trabalhador), um programa governamental que busca estimular o empregador a fornecer alimentação nutricionalmente adequada aos seus empregados.

Mesmo não sendo obrigatório o pagamento de tal benefício o empregador pode optar pelo fornecimento do vale, o que pode trazer vantagens para as duas partes. Para isso o empregador deve estar inscrito no PAT, dessa forma o empregador se beneficia com a concessão de incentivos fiscais tendo como prioridade o atendimento aos trabalhadores de baixa renda, isto é, aqueles que ganham até cinco salários mínimos mensais.

Fonte: Jusbrasil

Justiça do Trabalho não é competente para julgar repasse de planos de saúde aos médicos

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho (SDI-1) decidiu que a Justiça do Trabalho não é competente para julgar ação civil pública em que o Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná (Simepar) reivindica o reajuste dos valores das

consultas repassadas aos médicos pelos planos de saúde. De acordo com o ministro Caputo Bastos, relator do processo, o credenciamento dos médicos não configura relação de trabalho: o contrato por meio do qual os prestadores passam a pertencer à rede credenciada das operadoras "destina-se unicamente a resguardar o direito dos agentes envolvidos, principalmente dos beneficiários, quanto a possíveis descredenciamentos repentinos".

Com este entendimento, a SDI-1 reformou decisão anterior da Sexta Turma do TST que reconheceu a competência da Justiça do Trabalho e determinou o retorno do processo para ser julgado pela primeira instância. Para a Turma, as empresas operadoras dos planos de saúde atuam na condição de tomadoras de serviços, pois sua atividade "somente se dá mediante a contratação de profissionais liberais", estando presente a relação de trabalho que define a competência da Justiça do Trabalho (inciso I do artigo 114 da Constituição Federal).

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PA) havia negado recurso do sindicato, mantendo sentença que julgou extinto o processo sem resolução do mérito por considerar a Justiça do Trabalho incompetente para julgar o caso.

Ao restabelecer a decisão do TRT, a SDI-1 destacou que, para a configuração da relação de trabalho, "é necessário que haja efetiva prestação de trabalho de uma parte em benefício da outra". Não seria este o caso em questão, pois o objetivo das operadoras é a comercialização de planos de saúde, atuando como agentes intermediadores entre os interesses dos prestadores de serviços (médicos credenciados) e os beneficiários. Assim, o serviço desempenhado pelos profissionais de

saúde não se dá em prol das operadoras, mas sim dos usuários.

A SDI-1 acolheu, por unanimidade, o recurso dos planos de saúde, com ressalva de entendimento quanto ao conhecimento do ministro Alexandre Agra Belmonte e, quanto ao mérito, dos ministros Ives Gandra Martins Filho, João Oreste Dalazen, José Roberto Roberto Freire Pimenta e Cláudio Brandão. Processo: RR-1485-76.2010.5.09.0012. Fase atual: E-ED-RR

Fonte: TST

MT: negociação assegura importante vitória para os trabalhadores da construção

Diversos sindicatos dos trabalhadores nas indústrias da construção civil do Estado de Mato Grosso conseguiram concluir negociação coletiva com o SINDUSCON-MT envolvendo o reajuste dos pisos e salários da categoria e a retirada da proporcionalidade; regulamentar o uso do celular em canteiros de obras; e cláusula que versa sobre o café da manhã, retirando da quantidade mínima prevista em convenção coletiva.

Após intensas negociações, ficou acertado um índice de reajuste salarial de 9,83% para todos os trabalhadores, em uma única parcela. Aqueles que recebem acima de R\$ 2,499,00 mil, receberão um valor fixo de R\$ 200,00.

Em razão da necessidade de adotar medidas preventivas em relação aos acidentes de trabalho, será permitido o uso de aparelhos celulares nos canteiros de obra nos intervalos para



Acima, as negociações entre o SINDUSCON-MT e os sindicatos laborais da categoria; abaixo, o líder sindical Joaquim Dias Santana

descanso intrajornada. E, durante a jornada, será liberado o uso nas ligações de caráter emergencial, desde que adotadas os procedimentos de segurança. Sobre essa questão, os empregadores e os sindicatos laborais ficaram de promover campanhas educativas para o uso responsável e seguro dos celulares.

Vitória - Joaquim Dias Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Cuiabá e Município



(SINTRAICCCM) e membro suplente do Conselho Fiscal da CONTRICOM **(foto)**, que participou de todo processo de negociação junto com Ronei de Lima, presidente da FETIEMT, e demais lideranças sindicais, considerou “uma vitória expressiva dos trabalhadores os termos da negociação coletiva, levando-se em consideração a proposta original dos empregadores”.

Segundo ele, “foi um avanço, pois conseguimos, numa fase de crise que estamos vivendo, repor as perdas salariais e garantir a dignidade de nossa categoria”.

Participaram, ainda, da negociação pelo lado laboral Anoar José Feitosa (SINTRAICCCM), Elias Henrique dos Santos (SINTRAICCM), Nilce Bolonhezi (SITICOM-VERA e FELIZ NATAL-MT), Eunice Luciene do Nascimento (SITICOM SINOP-MT), Gislaine Gomes da Silva (SITICOM SÃO JOSÉ DO RIO CLARO), Olivio Almeida de Jesus (SINTRICOCM) E Manoel Seixas Filho (advogado SINTRAICCCM).

CONTRICOM – O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, cumprimentou os dirigentes sindicais de Mato Grosso pelo “excelente resultado das negociações coletivas, principalmente se considerarmos o momento difícil que vive o setor”, acrescentando que “a crise, por outro lado, não pode ser motivo para jogarem o seu ônus sobre os ombros dos trabalhadores, como está acontecendo diante do desemprego galopante que atinge nossa categoria”.

Mazinho colocou, mais uma vez, a CONTRICOM “à disposição dos companheiros de Mato Grosso em todas as ações que busquem defender e fortalecer a luta e os interesses de nossa categoria”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)